

Conselho de Administração**Presidente**

Aurélio de Almeida Prado Cidade

Membros

Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Júlio César Mesquita, Patrícia Maria Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião**Diretor de Opinião:** Ruy Mesquita**Editor Responsável:** Antonio Carlos Pereira**Informação****Diretor de Conteúdo:** Ricardo Gandour**Editora-Chefe Responsável:** Maria Aparecida Damasco**Editor-Chefe de Publicações:** Ilan Kow**Diretor de Desenvolvimento Editorial:** Roberto Gazzi**Administração e Negócios****Diretor Presidente:** Sílvio Genesini**Diretor de Mercado Leitor:** João Carlos Rosas**Diretor de Mercado Anunciante:** Fábio Costa**Diretor Financeiro:** Ricardo do Valle Dellape**Diretora Jurídica:** Mariana Uemura Sampaio

estadao.com.br

A versão na Internet de O Estado de S. Paulo**Notas & Informações**

Atoleiro na Líbia



Quando o Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas aprovou, na quinta-feira passada, o uso de “todas as medidas necessárias” para deter a matança na Líbia rebelada contra o coronel Muamar Kadafi, esperava-se o que na vida civil se chama processo e, em linguagem militar, escalada. O ponto de partida seria a interdição do espaço aéreo do país, para impedir que o ditador continuasse a usar a aviação para atacar a população das cidades tomadas pelos insurretos. Isso provavelmente incluiria neutralizar as bases de onde poderiam ser alvejadas as aeronaves estrangeiras incumbidas de impor a chamada zona de exclusão sobre o território líbio. A intensidade da ofensiva, a sua duração e os seus desdobramentos dependeriam da reação do regime.

Pelo visto, porém, a coalizão que assumiu a empreitada de conter Kadafi, capitaneada pelos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha, resolveu queimar etapas, antes mesmo de qualquer reação. Já no sábado, 20 caças franceses atacaram as posições do governo nas vizinhanças de Benghazi, a segunda maior cidade líbia e último reduto rebelde, enquanto navios americanos e um submarino britânico disparavam, do alto-mar no Mediterrâneo, mais de 100 mísseis de cruzeiro contra uma vineta de alvos a oeste, incluindo Trípoli. No dia seguinte, o ataque mirou o complexo de construções que abriga o QG de Kadafi, também na capital. As autoridades líbias dizem que chegam a 64 o número das vítimas civis das operações.

Quaisquer que sejam as baixas entre a população do país e o efeito dos ataques sobre o poderio militar do regime, os seus estilhaços políti-

cos se projetaram em várias direções. A Liga Árabe, cujo endosso à resolução anti-Kadafi na ONU foi decisivo para a sua aprovação (o texto foi oficialmente patrocinado pelo Líbano), considerou que os bombardeios deturparam o sentido da iniciativa. “O que aconteceu na Líbia é diferente do objetivo de impor uma zona de exclusão aérea”, observou o secretário-geral da Liga, Amr Moussa. “O que queremos é proteger os civis e não bombardear mais civis.” Essa preocupação foi o que levou o Brasil a se abster no Conselho de Segurança, ao lado da Alemanha, Índia, China e Rússia. O risco, argumentou a chefe da delegação brasileira, Maria Luiza Viotti, é fazer “mais mal do que bem”.

Ela falava da questão humanitária, mas a advertência se aplica à questão essencial na Líbia: a permanência de Kadafi no poder. A rápida propagação do movimento pela sua queda,

abrindo mais uma festejada frente democrática no mundo árabe, embacou a visão do Ocidente para o fato de não ser desprezível o apoio com o qual o ditador ainda conta. As bombas podem ter sido recebidas com euforia por seus inimigos ilhados em Benghazi, mas tendem a reforçar o moral dos muitos que lhe são leais, a ponto de venerá-lo, e de afrouxar a oposição de outros tantos. E não há hipótese de ele próprio renunciar para poupar vidas de concidadãos imersos numa guerra civil ou manter a integridade do país. Seria um erro tratar como meras bravatas a sua ameaça de uma “longa guerra” com o Ocidente e o anúncio de que armará 1 milhão de líbios.

De mais a mais, bombardeios aéreos decidem guerras, mas não ganham guerras. Para isso, nada substitui tropas em terra – eventualidade expressamente excluída na resolução sobre a Líbia. O documento tam-

pouco autoriza a remoção de Kadafi. Mas outra não é a intenção dos seus patrocinadores. Isso vale para o exaltado presidente francês, Nicolas Sarkozy, desejando apagar da memória do mundo não só os negócios recentes com Kadafi, como o seu apoio até a 25.^a hora ao ditador tunisiano, Ben Ali. E vale para o presidente americano, Barack Obama, que relutou em liderar a guerra em curso não porque não queira ver o líbio deposto, mas para poupar os Estados Unidos da ira da rua árabe.

Daí Washington correr a anunciar que, em questão de dias, o comando das operações na Líbia passará para uma coalizão franco-britânica ou para a Otan, a aliança militar ocidental. Isso não fará secar o atoleiro em que os aliados se enfiaram: não podem deixar Kadafi onde está e não podem tirá-lo sem um ataque direto que faria da Líbia um novo – e impensável – Iraque.

O ganho real do trabalhador

Com mais emprego e mais dinheiro no bolso, o trabalhador brasileiro teve bons motivos para celebrar o crescimento econômico do ano passado – 7,5%, segundo a primeira estimativa divulgada pelo governo. Houve aumento real de salário em 88,7% das 700 negociações acompanhadas em 2010 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Foi a maior porcentagem de acordos com aumento real observada em toda a série iniciada em 1996. O consumo privado cresceu 7% no ano passado, impulsionado pelo aumento de 17,6% do saldo das operações de crédito a pessoas físicas e pela expansão da massa de salários – de 8,2% reais, isto é, além da inflação.

Os números divulgados na sexta-feira pelo IBGE acrescentam um detalhe importante a esse quadro e ajudam a entender não só a evolução da economia no ano passado, mas também a persistência de um consumo vigoroso no começo deste ano, depois de medidas oficiais de restrição ao crédito.

O ganho real obtido em 2010 pela massa de trabalhadores foi maior que o dos dois anos anteriores e também isso contribuiu, certamente, para a elevação do consumo. Houve aumento real superior a 3% em 106 negociações, 15% do total. Em 2008 esse ganho ocorreu em 29 acordos, 4% do total. Em 2009, o número de casos chegou a 37, ou 5% do painel. O número de acertos com ga-

nho acima de 5% também cresceu – de apenas 2 em 2008 para 10 em 2009 e 28 em 2010 (4% do conjunto).

Esses dados claramente refletem o aumento do emprego. Foram contratados, em termos líquidos, 2,55 milhões de trabalhadores com carteira assinada no ano passado, segundo o Ministério do Trabalho.

O otimismo das empresas traduziu-se em novo aumento das contratações. O total havia chegado a 1,45 milhão em 2008 e recuado para 995 mil no ano seguinte – um resultado nada mau, apesar da crise.

O amplo aumento real de sa-

A elevação de salários em 2010 impulsionou o consumo e contribuiu para o aumento do PIB

lários ocorreu de forma generalizada nos grandes setores de atividade tipicamente urbana, de acordo com o Dieese: 95,7% dos acordos no comércio, 90,5% das negociações na indústria e 82,8% dos acertos nos serviços. Além disso, os aumentos acima da inflação foram registrados em todo o País. Em nenhuma região a massa dos salários ficou estagnada ou encolheu no ano passado, segundo o levantamento recém-divulgado.

Os trabalhadores vêm acumulando ganho real há alguns anos. Entre 2008 e 2010, o aumento superou a inflação em 88,6% das negociações analisadas pelo Dieese. Em quase metade das negociações (49,7%), a elevação real acumulada no

período ficou acima de 3%. Em pouco mais de um terço, 36,6%, o aumento ficou mais de 4% acima da inflação medida pelo INPC.

Neste ano, o consumo continua em expansão, segundo os dados conhecidos até agora. Analistas e empresários têm falado sobre desaceleração das atividades, mas os sinais não são claros. Os efeitos do aperto monetário podem ter ocorrido em alguns setores ou subse-tores, mas não há indício de uma perda geral de dinamismo.

O último Índice de Atividade Econômica do Banco Central (BC) apontou uma aceleração da economia em janeiro. O indicador apurado foi 0,7% maior que o de dezembro e 4,5% maior que o de um ano antes. Em 12 meses o aumento acumulado chegou a 7,4%. Mantido esse ritmo, a economia brasileira crescerá mais de 8,5% neste ano.

O Ministério da Fazenda, no entanto, projeta um crescimento econômico de 5% para 2011. Economistas do mercado financeiro e de consultorias independentes têm calculado taxas pouco inferiores a 5%. Na avaliação do BC, a expansão ficará abaixo de 4,5%. Provavelmente será necessário um aperto maior para frear a atividade.

O BC poderá aumentar os juros pelo menos mais uma vez e adotar novas medidas de arrocho do crédito. O Executivo terá de ser mais drástico na contenção do gasto, se quiser esfriar a economia. No primeiro bimestre foram criados, em termos líquidos, 448.742 empregos com carteira assinada. Isso não indica uma economia desacelerada.

Mais barreiras argentinas

As barreiras argentinas contra produtos brasileiros são cada vez maiores e mais difíceis de transpor. A escalada protecionista iniciada pelo governo da presidente Cristina Kirchner desmoraliza cada vez mais o Mercosul e ainda viola as normas da OMC. A tibieza do governo brasileiro estimula novos abusos, como se a tolerância à violação das boas normas comerciais fosse uma condição essencial à sobrevivência do Mercosul. Essa avaliação, já adotada no governo Lula, é um erro grave. Quanto maior a aceitação de restrições comerciais, mais fraco se torna o bloco regional e menores as suas possibilidades de ação no mercado global.

Desde o começo do ano o governo argentino ampliou de 400 para 600 os produtos sujeitos à licença prévia de importação. A medida atinge indiscriminadamente os produtos do Mercosul e os de fora da região. Barreiras contra os vizinhos são determinadas em Buenos Aires há muitos anos e têm aumentado nos últimos dois anos e meio, desde o agravamento da crise internacional, no segundo semestre de 2008.

Ao oficializar a ampliação da lista, o governo argentino prometeu cuidados para não prejudicar os brasileiros. Além disso, propôs um acompanhamento das condições de comércio por funcionários dos dois países. A promessa de evitar problemas para os brasileiros foi descumprida. As autoridades argentinas foram apenas coe-

rentes com seu estilo habitual de comportamento. O governo brasileiro manteve igualmente seu padrão de passividade em face dos abusos.

O governo argentino tem demorado mais de 60 dias para emitir licenças de importação, violando uma norma da OMC. Os governos do Mercosul nem deveriam adotar essas licenças no comércio com os vizinhos. Mas o governo da presidente Cristina Kirchner não só as adota, como ainda ultrapassa o prazo permitido pelos acordos globais de comércio. Máquinas agrícolas brasileiras não chegam à Argentina desde janeiro

A política de panos quentes de Brasília tem ajudado a desmoralizar ainda mais o Mercosul

e alguns exportadores do setor têxtil esperam licenças há cerca de um ano.

O licenciamento, no entanto, é só uma forma de barrar a entrada de produtos. De modo muito mais ostensivo o comércio é dificultado também pela retenção de caminhões na fronteira. O governo argentino tem recorrido a esse expediente com frequência. Ao retardar o ingresso de caminhões, a autoridade alfandegária não só restringe o comércio, como também eleva arbitrariamente o custo de cada operação.

Além disso, a demora na liberação das mercadorias pode impedir a venda na época adequada. A comercialização de roupas depende da estação. Este detalhe foi lembrado por expor-

tadores brasileiros no ano passado, diante da demora na concessão das licenças. Neste ano, as barreiras estão dificultando a entrega de produtos de chocolate para a Páscoa.

O governo argentino resolveu também aumentar a aplicação de sobretaxas a produtos brasileiros, alegando a prática de dumping, isto é, a concorrência desleal, baseada em preços inferiores aos considerados normais no mercado. Taxas antidumping foram aplicadas a algumas indústrias e outras estão em estudo.

Sobretaxas desse tipo são usadas frequentemente no comércio internacional. Com frequência, porém, a cobrança de direitos antidumping é baseada em argumentos distorcidos e atende apenas a interesses protecionistas, como já foi mostrado em muitos processos na OMC. No caso da Argentina, o recurso frequente a medidas protecionistas desmoraliza qualquer alegação de dumping, especialmente contra produtos brasileiros.

Protecionismo é a grande especialidade revelada até agora pela ministra da Indústria, Débora Giorgi. Mas ela não está sozinha na execução dessa política. É auxiliada pelo secretário do Comércio Interior, Guillermo Moreno, perito na fabricação de índices de inflação favoráveis ao governo especialista em pressionar importadores para deixarem de comprar produtos brasileiros. Quanto ao governo brasileiro, sua especialidade, nessa área, tem sido a tolerância à imposição de barreiras a produtos brasileiros pelos governos da região.

le. Pelo jeito, Dilma está dormindo com o inimigo.

PAULO MATEUS DOS SANTOS

broteros@yahoo.com.br

Jundiaí

BANCO CENTRAL
Servidores de carreira

O autor do artigo *Um novo Banco Central?* (Amir Khair, 19/3, B2) informa, equivocadamente, que toda a atual diretoria do Banco Central (BC) é formada por servidores de carreira. Na verdade, integram-na dois nomes de fora dos quadros do BC: Luiz Awazu Pereira da Silva, diretor de Assuntos Internacionais e de Normas e Organização do Sistema Financeiro, e Aldo Luiz Mendes, diretor de Política Monetária. O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) defende historicamente a tese de que toda a diretoria seja composta por servidores de carreira, o que tornaria a

instituição menos permeável às enormes pressões do mercado e, certamente, melhoraria a qualidade das decisões do BC, tendo em vista o interesse público e o bem-estar da população. Além de ampliar a autonomia técnica do BC, acabaria com a promiscuidade representada pelo vaivém no órgão de profissionais do mercado financeiro. Tais executivos influenciam negativamente as decisões do BC em prol de seus antigos empregadores e, ao sair, levam de volta ao mercado informações fundamentais e classificadas. A indicação de um servidor de carreira, Alexandre Tombini, para a presidência do BC deve ser saudada como um avanço. É preciso, porém, completar o processo, preenchendo todos os cargos de diretor com servidores do BC. Não falta competência ao nosso corpo funcional para exercê-los.

SÉRGIO BELSITO, presidente do Sinal
sinal@aipy.com.br
Rio de Janeiro

“O mundo quer Kadafi no cadafalso. Aqui, no Brasil, temos cada falso! Recebem Obama sorrindo, mas gostam mesmo é de ditadores”

ALBERTO BASTOS CARDOSO DE CARVALHO / SÃO PAULO, SOBRE A POSIÇÃO BRASILEIRA QUANTO À GUERRA NA LÍBIA
albcc@ig.com.br

“A ausência do ‘cara’ preencheu uma lacuna”

ALEXANDRE DE MACEDO MARQUES / SÃO PAULO, SOBRE O ALMOÇO NO ITAMARATY
ammarques@uol.com.br

“Lula, ausente, fez-se presente... pela falta que não fez”

MARA MONTEZUMA ASSAF / SÃO PAULO, IDEM
montezuma.fassa@gmail.com**VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR****TEMA DO DIA**

TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL:

Rio precisa de R\$ 12 bi para a Olimpíada

1.635

Cálculo foi feito pelo presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Ele diz que o número ainda pode mudar

● “Dinheiro que era para ser aplicado em hospitais, segurança pública, escolas, geração de empregos...”

PAULO CESAR SEMBLANO DA COSTA

● “Alguém quer apostar? Passa de R\$ 100 bi fácil. Recordar é viver: orçamento do Pan, R\$ 400 mi; custo final, R\$ 4 bi.”

JORGE MALEDO

● “Por que gastar tanto dinheiro em uma Olimpíada e esquecer as reais prioridades do País?”

HURTADO DE MENDOZA ROJAS Y GUSMAN**O ESTADO DE S. PAULO**Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55 - 6.^o andar, CEP 02598-900
Fax: (11) 3856-2920
E-mail: forum@grupestado.com.br

As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente e poderão ser resumidas. O Estado se reserva o direito de selecionar a publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.

Central de atendimento ao leitor:

3856-5400 - falecom.estadao@grupestado.com.br

Central de atendimento ao assinante

Capital: 3959-8500

Demais localidades: 0800-014-77-20

www.assinante.estadao.com.br

Classificados por telefone:

3856-2001

Vendas de assinaturas:

Capital: 3950-9000

Demais localidades: 0800-014-9000

Vendas Corporativas:

3856-2917

Central de atendimentos às agências de publicidade:

3856-2531 - cia@estadao.com.br

Preços venda avulsa: SP: R\$ 3,00 (segunda a sábado) e R\$ 5,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC e DF:** R\$ 3,50 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT e MS:** R\$ 5,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO e AL:** R\$ 6,50 (segunda a sábado) e R\$ 8,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO:** R\$ 7,00 (segunda a sábado) e R\$ 9,00 (domingo)**Preços assinaturas:** De segunda a domingo - SP e Grande São Paulo - R\$ 69,90/mês. Demais localidades e condições sob consulta.